



Nº 645

16

01

2026

1. ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2025/2026

O acordo do Processo nº TST-DC-1001307-73.2025.5.00.0000 que trata do dissídio coletivo de greve e reconvenção (E.C.T. e Federações representantes dos empregados), cujo texto possui 126 (cento e vinte e seis páginas e por isso, para facilitar a leitura no que diz respeito ao reajuste dos seus benefícios, e entendimento dos colegas aposentados amparados pela Lei 8529/92, transcrevemos abaixo o texto constantes das páginas 67 à 69 do referido acordo que trata do REAJUSTE SALARIAL na cláusula 65.

Constam a proposta da Empresa e das respectivas federações, bem como o que foi decidido pelo Tribunal:

“REAJUSTE SALARIAL: Os Correios concederão aos(as) empregados(as), a partir de 01/08/2025, o reajuste salarial de 5,10%, sobre os valores referentes naquela data, com repercussão nas demais parcelas de natureza salarial. Os valores retroativos serão pagos em abril de 2026.”

TRANSCRIÇÃO:

REAJUSTE SALARIAL

“Cláusula de reajuste do ACT 2024/2025:

Cláusula 65 – REAJUSTE SALARIAL: Os Correios concederão aos(as) empregados(as), a partir de janeiro/2025, o reajuste salarial da seguinte forma:

§1º Será concedido R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais) para os(as)



Nº 645

16

01

2026

empregados(as), a partir de janeiro/2025, que recebem remuneração (excluindo função convencional, complemento de remuneração singular, substituição de função e Complemento de Incentivo a Produtividade-CIP) de até R\$6.326,03 (seis mil, trezentos e vinte e seis reais e três centavos), sendo incorporado ao salário base pelos Correios em janeiro/2025.

§2º Aos(as) empregados(as) não abarcados no §1º será concedido reajuste a partir de janeiro/2025 de 4,11%, (quatro vírgula onze por cento) sendo incorporado ao salário-base pelos Correios em janeiro/2025.

§3º O reajuste concedido nos parágrafos §1º e §2º terá incidência em todas as parcelas de natureza salarial/verbas remuneratórias.

Cláusula de reajuste proposta pela FINDECT:

Cláusula 65 – REAJUSTE SALARIAL

Os Correios concederão aos empregados, reajuste de 100% do INPC do período de 01/08/2024 à 31/07/2025, a ser aplicado a partir de 01/08/2025.

§1º Sobre os salários aplicados no caput, será acrescido o percentual de 5,0% de aumento real à título de produtividade;

§2º Os Correios concederão também R\$ 300,00 (trezentos reais) de aumento linear para todos os empregados, a partir de 01/08/2025.

§3º Antes de aplicar os reajustes supracitados, os Correios farão a correção dos reajustes realizados no ACT 2023/2024 e ACT 2024/2025, para aqueles empregados que tiveram, no salário base, um reajuste inferior ao percentual da inflação do período.



Nº 645

16

01

2026

§4º O interstício entre as referências salariais da tabela salarial será de 5,0% (cinco por cento).

§5º Os reajustes citados nesta cláusula, terão incidência em todas as parcelas de natureza salarial, econômica e benefícios.

Cláusulas propostas pela FENTECT sobre reajuste e perdas salariais:

Cláusula 67: Reajuste Salarial

A ECT concederá a seus empregados, a partir de 01/08/2025, reajuste salarial composto de:

§1º - A ECT concederá a todos os seus empregados, a partir de 01/08/2025, aumento salarial correspondente a R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), que será acrescido ao valor do salário de cada referência salarial integrante das Tabelas Salariais dos níveis Médio e Superior. Correção linear de 14% (quatorze por cento), aplicada sobre os salários das referências salariais, já corrigida com a incorporação dos R\$ 350 (trezentos e cinquenta Reais), às Tabelas Salariais dos Níveis Médio e Superior.

§2º - Reajuste linear do INPC MAIS 14% (quatorze por cento), aplicado sobre os salários das referências salariais integrantes das Tabelas Salariais dos Níveis Médio e Superior, a partir de 01/08/2025;

§3º - A ECT implementará gatilho de correção automática de salários, gratificações, adicionais, auxílios, benefícios e proventos, que será acionado toda vez que a inflação acumulada atingir 5% (cinco por cento), com base nos índices que serviram de base para este acordo.



Nº 645

16

01

2026

Cláusula 68: Perdas Salariais dos Trabalhadores(as) Ecetistas

A ECT pagará a todos os empregados, reajuste integral das perdas salariais acumuladas no período de 1º de agosto de 1994 à 31 de julho de 2025, conforme percentual (calculado pelo DIEESE) podendo este valor ser parcelado.

Cláusula 69: Piso Salarial

O piso salarial será de R\$ 6.918,18 (Seis mil novecentos e dezoito reais e dezoito centavos) conforme cálculos do DIEESE (maio de 2024), para a categoria profissional dos Correios, respeitando a Constituição Federal de 1988, em seu artigo VII, inciso IV, que trata do salário mínimo vital.

Justificativa da ECT: ante o cenário de crise financeira enfrentada pelos correios, “qualquer reajuste salarial imediato, seja por valor fixo, seja por percentual, agrava o desequilíbrio financeiro, por gerar despesa permanente, cumulativa e de difícil reversão”.

Justificativa da FENTECT: a categoria profissional renunciou a reajustes em

Contra partida de benefícios, o que gerou defasagem salarial ao longo dos anos.

Decide-se:

A Constituição Federal confere à Justiça do Trabalho a competência para decidir os dissídios coletivos, quando frustrada a solução autônoma para o conflito, *"respeitadas as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, bem como as convencionadas anteriormente"* (§ 2º, do art. 114, da CF/88).



Nº 645

16

01

2026

O art. 766 da CLT, por sua vez, prevê a possibilidade, nos dissídios, de estipulação de condições que, assegurando o justo salário aos trabalhadores, permitam também a justa retribuição às empresas interessadas.

O quadro econômico do Brasil somado à dinâmica própria do sistema capitalista acarreta evidente desgaste inflacionário, que produz significativo impacto nos salários dos trabalhadores. Nesse cenário, a concessão de reajuste salarial à categoria busca restituir aos trabalhadores parte das perdas sofridas pelo aumento do custo de vida, além de lhes devolver parcialmente ao patamar do poder aquisitivo que tinham na data-base anterior.

Registra-se que o custo do reajuste inflacionário, suportado pelas empresas, é repassado ao consumidor, uma vez que os preços de produtos e serviços também sofrem reajustes decorrentes da inflação.

Em contrapartida, não é permitido ao Poder Normativo deferir aumento real do salário, tampouco criar pisos salariais, uma vez que lhe é vedado criar encargos financeiros aos empregadores sem prévia negociação coletiva.

Assim, é devida a fixação apenas do percentual para recomposição inflacionária, a qual não pode ser vinculada a índices de preços (art. 13 da Lei 10192/2001). A SDC firmou entendimento de que o critério de que o deferimento da recomposição salarial deve se dar em percentual um pouco inferior ao INPC apurado no período revisando:

RECURSO ORDINÁRIO. DISSÍDIO COLETIVO DE NATUREZA MISTA. ÍNDICE DE REAJUSTE SALARIAL APLICÁVEL ÀS CLÁUSULAS ECONÔMICAS. PODER



Nº 645

16

01

2026

NORMATIVO DA JUSTIÇA DO TRABALHO. 1. Uma vez não alcançada a composição de forma direta entre os sindicatos representativos das categorias profissional e econômica, incumbe a esta Justiça Especializada, quando instada por meio de Dissídio Coletivo e no exercício do poder normativo, definir o percentual de reajuste salarial, conforme preceitua o artigo 766 da CLT. 2 . Diante da expressa vedação prevista no artigo 13 da Lei n.º 10.192 /2001 quanto ao reajustamento de salários, por meio de sentença normativa, de forma vinculada a índice de preços, a jurisprudência pacífica desta Seção Especializada em Dissídios Coletivos orienta-se no sentido de que o índice estipulado deve ser ligeiramente inferior ao INPC do período revisando. 3. No caso concreto, a decisão proferida pelo Tribunal Regional, ao estabelecer o percentual de reajuste de 5,25%, comporta reforma, a fim de se limitar o índice de atualização salarial, consoante a jurisprudência desta Seção Especializada, a patamar ligeiramente inferior ao índice INPC/IBGE apurado no período revisando, equivalente a 3,83%. 4 . Observa-se, no entanto, do teor do Recurso Ordinário, que a pretensão expressamente deduzida pela parte se revela mais benéfica do que o entendimento jurisprudencial pacífico desta Corte Superior, pois pretende a aplicação de reajustes superiores a 3,83%. 5. Imperioso, portanto, o provimento do recurso patronal nos estritos limites da pretensão deduzida no Recurso Ordinário. 6 . Recurso Ordinário a que se dá provimento. (ROT-1017195-96.2023.5.02.0000, Seção Especializada em Dissídios Coletivos, Relator Ministro Lelio Bentes Correa, DEJT 28/11/2025).



Nº 645

16

01

2026

Considerando que o INPC (IBGE), apurado no período de 08/2024 a 07/2025 é de 5,12798%, de acordo com a Calculadora do Cidadão do Banco Central

<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/corrigirPorIndice.do?metodo=corrigirPorIndice> , defere-se o reajuste salarial em **5,10%**.

Observe-se que, devido à data de julgamento deste Dissídio, bem após a data base da categoria, haverá valores retroativos a serem pagos aos trabalhadores. Considerando-se os debates ocorridos durante as negociações nesta Corte, é possível a previsão do pagamento dos valores retroativos em abril de 2026, como foi proposto em uma das rodadas de negociação.

Assim, **indefere-se a cláusula proposta pela ECT e defere-se parcialmente as reconvenções das Federações**, no aspecto, de modo que a cláusula passa a ter a seguinte redação:

REAJUSTE SALARIAL: Os Correios concederão aos(as) empregados(as), a partir de 01/08/2025, o reajuste salarial de 5,10%, sobre os valores referentes naquela data, com repercussão nas demais parcelas de natureza salarial. Os valores retroativos serão pagos em abril de 2026.

III. 1.54 – ACUMULAÇÃO DE VANTAGENS

Justificativa:

A ECT pede a manutenção da cláusula.

Impugnação:



Nº 645

16

01

2026

Apenas a FINDECT se manifestou sobre a “*acumulação de vantagens*”.

Requer a manutenção das cláusulas preexistentes, nos termos do artigo 114, §2º, da CF.

Decide-se:

Examinando as cláusulas, há identidade entre a proposta pela ECT e a constante no ACT 2024/2025.

Com efeito, **DEFIRO a cláusula nos termos propostos pela ECT, que corresponde à cláusula preexistente**, qual seja:

ACUMULAÇÃO DE VANTAGENS: Em caso de posterior instituição legal de benefícios ou vantagens previstos no presente Acordo Coletivo de Trabalho ou quaisquer outros já mantidos pelos Correios, será feita a necessária compensação, a fim de que não se computem ou se acumulem acréscimos pecuniários superiores sob o mesmo título ou idêntico fundamento, com consequente duplicidade de pagamento.”

Estamos enviando nesta data CARTA/FAACO-003/2026, para a GPAG/CEGEP/DIGEP, gerência responsável para cuidar dos assuntos relativos ao pessoal amparado pela Lei 8.529/92 (1711), perguntando quais providências estão sendo adotadas para que os beneficiários da Lei sejam contemplados com o reajuste que são merecedores.



Nº 645

16

01

2026

2. AÇÕES DE INTEGRAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS APOSENTADOS

Consta do parágrafo 1º do III.1.2. do acordão do Dissídio Coletivo de 2025/2026, que os Correios devem incluir no seu calendário o dia 24 de janeiro como dia do aposentado e, desenvolver atividades alusivas à data no âmbito da Empresa.

Encaminhamos nesta data CARTA/FAACO-003/2026, perguntando se as Superintendências Regionais foram comunicadas a respeito do assunto, bem como, solicitamos que as Associações procurem a Superintendências Regionais para, em conjunto, estabelecer a programação do referido evento.

DIRETORIA EXECUTIVA FAACO

GESTÃO 2024/2026